

África

Angola — reconstrução e sobrevivência

Fernando Jorge Cardoso

Na euforia dos acordos de Bicesse, foi lançado e várias vezes retomado o slogan de um Plano Marshall para Angola. Já nessa altura, porém, o tempo histórico dos planos grandiloquentes de reconstrução nacional tinha há muito terminado.

O Programa de Reconstrução Europeu durou de 1948 a 1951 e o processo de reconstrução soviético do pós-guerra pouco passou dos anos cinquenta. Os próprios modelos de desenvolvimento estatistas ou baseados em orçamentos públicos sofreram um colapso gradual a partir da primeira metade dos anos 70 do século passado, com o fim do sistema de câmbios fixos e dos preços baixos e estáveis do petróleo.

Desde então começou uma nova era de incerteza, com o fim das planificações de longo prazo e o crescimento das dívidas externas. Os modelos desenvolvimentistas e neo-keynesianos não davam as respostas previstas, tendo-se imposto a presente era dos modelos neo-liberais, baseados na gestão do curto prazo e na contenção monetária, orçamental e da procura.

Desde o fim da guerra fria, com o colapso do sistema económico soviético e o advento do difuso conceito da globalização, os processos de reconstrução nacional têm sofrido a concorrência dos programas ideologicamente baptizados de *nation building*. Contudo, os sucessos destes programas são bem questionáveis, como o demonstra o exemplo do Afeganistão, onde se tem verificado a recomposição de feudos dos senhores da guerra e de redes de produção e tráfico de ópio e heroína, e o exemplo do Iraque, cuja reconstrução, a verificar-se, levará tempo e dependerá das decisões de terceiros sobre as receitas do próprio petróleo iraquiano.

Os contextos internacionais prevaletentes não apontam, portanto, para o surgimento de mais planos do tipo Marshall, ou mesmo do tipo *nation building*. Tal não significa, porém, que a paz não seja favorável ao aumento dos fluxos de ajuda internacional ou de investimento directo estrangeiro em Angola. A prudência e a leitura da evolução histórica recente levam-nos, no entanto, a prever que os financiamentos sejam graduais e pontuais, essencialmente dirigidos a projectos de pequena ou média dimensão. É igualmente

previsível que se verifique a retracção de novos fluxos de ajuda enquanto prevalecerem suspeitas de menor transparência das contas publicas, incluindo das receitas do petróleo. Para além disso, mantêm-se ainda complexas questões do foro interno, como a evolução em Cabinda, as negociações com o FMI e o Banco Mundial, os consensos internos sobre a red denominação ou mudança de símbolos nacionais e a marcação e resultados dos próximos actos eleitorais.

O facto de os contextos internacionais serem desfavoráveis ao surgimento de planos Marshall para Angola não significa que a situação de destruição humana, física e de infraestruturas não os justificassem. Na verdade, com curtos períodos de tréguas, durante cerca de 27 anos o país foi sujeito a índices de destruição bastante acentuados. Não obstante este facto e o interessante aspecto de Angola receber hoje – na verdade há meia dúzia de anos – o respaldo dos países antes considerados hostis, paz não é sinónimo de reconstrução ou de desenvolvimento. A paz não se transformou ou transformará de condição necessária em condição suficiente do desenvolvimento.

Durante parte das últimas três décadas, Angola esteve profundamente integrada nos contextos da região onde se situa e nas lógicas do conflito Leste-Oeste. Porém, não obstante as experimentadas e sofisticadas diplomacias e máquinas de guerra quer do governo quer da oposição, os angolanos estiveram, de certa forma por força do conflito interno e da agressão externa, como que entrincheirados, longe dos debates e da intervenção sobre a cooperação para o desenvolvimento. Em 1975, quando os angolanos se encontravam já em plena guerra, europeus e africanos apresentavam a Convenção de Lomé como o novo paradigma das relações entre ricos e pobres. Vinte e cinco anos depois, o advento do modelo neoliberal, das zonas de comércio livre e dos denominados acordos económicos de parceria anunciam já no rebaptizado Acordo de Cotonou o fim deste modelo de cooperação. Os waivers para os países menos avançados dificilmente contemplarão Angola dado os rendimentos per capita resultantes da produção petrolífera e diamantífera, o que obrigará o país a integrar-se mais rapidamente nas novas regras do jogo económico internacional. Na realidade, os modelos de ajuda raramente se conseguiram ajustar a necessidades que ultrapassassem o campo do social e do humanitário. No campo político, a estabilidade governativa em ambiente democrático ou de transição democrática necessita de melhores instituições da administração pública, da polícia e dos tribunais – porém, este tipo de apoio é raramente contemplado nas prioridades dos doadores, desde logo os multilaterais. No campo económico, um país com

os níveis de destruição evidenciados por Angola necessitaria de um programa de obras públicas sustentado e de longo prazo, quer nos centros urbanos, quer na reconstrução das redes de transporte, de comunicações, de produção e de distribuição de energia, de saneamento ou de água potável. Isto significa investimentos de biliões de dólares a médio e longo prazo – números estes não comportados pela generalidade dos orçamentos da cooperação.

Assim, e em suma, apesar da necessidade de pensar em investimentos de reconstrução caros e de longo prazo em Angola, os contextos internacionais revelam-se desfavoráveis. Neste quadro, as atitudes e os consensos nacionais são ainda mais importantes; tem que ser o próprio país a recuperar a noção do longo prazo, a colocar essas prioridades nas agendas, incluindo as orçamentais e a iniciar a sua realização com fundos públicos ou de origem nacional, de modo a atrair financiamentos e investimentos privados, internos e externos.

A forma de o fazer é, porém, essencial. Apesar do apregoado esbanjamento ou duplicação de alguns meios que a descentralização permite, ela é necessária. Pensar longe no tempo não pode ser confundido nem em pensar da capital para as províncias nem em propor projectos de dimensão local com dimensões e custos in comportáveis. Os objectivos gerais essenciais à reconstrução em Angola são, afinal de contas, quase que consensuais: desminagem, reposição de vias de comunicação, de redes de energia, de água potável e de centros de saúde. Eles são, aliás, consensuais há já bastante tempo, como pude constatar durante a minha participação no então designado Programa de Reabilitação Comunitária e de Reconciliação Nacional em 1995, onde percorri as províncias do planalto central nos meses posteriores aos Acordos de Lusaka. Relembro dessa viagem três das inúmeras reuniões em que participei com uma equipa de colegas angolanos.

Numa das reuniões realizadas no Kuito, o então governador provincial questionou-nos sobre as nossas intenções: defender os interesses do Bié ou de Luanda? Apresentou-nos então um plano elaborado por um assessor, português por sinal, o qual incluía investimentos de milhões de dólares em cemitérios, bem como a criação de uma Central Provincial de Compras, cuja função seria o controlo de toda a ajuda proveniente do Programa de Reabilitação. Não obstante a exumação e o digno tratamento dos mortos ser crucial naquele contexto e de se ter mantido como uma das prioridades do Programa, os meios e custos propostos eram claramente inflacionados; por sua vez a central de compras, cujo projecto foi rejeitado, levantava problemas de transparência e de

monopolização de meios, aspectos esses aliás referidos pela generalidade dos membros da comunidade local então contactados.

Noutra reunião efectuada no Huambo, com a participação de pequenos comerciantes, sobas e seculos, membros de igrejas e de organizações da sociedade civil, discutíamos igualmente as prioridades da ajuda local. Todos nos sugeriram que o importante era pôr os caminhos de ferro a trabalhar, remover as minas das estradas, repor as linhas e a produção de energia, as telecomunicações, fornecer tijolos, chapas de zinco e instrumentos de construção e agrícolas, sementes e alguma comida e roupa, e deixar a população trabalhar. Por outras palavras, o óbvio, sem as complicações do acessório, neste caso de burocracias ou consultorias externas demoradas ou asfíxiadoras da iniciativa local.

Por fim, um terceiro caso a que assistimos passou-se na cidade do Luena: alguns dias após a expulsão pelo então Governador Provincial da Organização não Governamental Save the Children Fund – US, por esta ter retirado do circuito de distribuição de ajuda as autoridades provinciais e tradicionais, considerando-as genericamente como corruptas, chegou um avião à cidade transportando o Embaixador dos Estados Unidos, o representante das Nações Unidas e o Ministro angolano da tutela. No fim da reunião, o Governador emendou a decisão e a SCF-US continuou o seu trabalho – com alguns ajustamentos, para permitir novamente alguma participação de autoridades locais.

Deixo para os leitores a escolha, entre estes três exemplos, do que melhor se ajustará às necessidades da reconstrução. Na prática o que está hoje em causa é a capacidade de gerir não só recursos mas também expectativas. Expectativas essas que serão tão mais difíceis de contentar quanto maiores forem as promessas ou as esperanças de rápidas melhorias com o fim da guerra. O grau de destruição infraestrutural e humana fazem prever trabalho para mais de uma geração, e as expectativas e consensos devem contemplar essa realidade.

A reconstrução passa muito também por ultrapassar as marcas profundas e ainda hoje bem visíveis da violência e da sobrevivência. Em 1995, percorrendo as ruas da cidade do Kuito quase destruída, um dos meus colegas angolanos perguntava-me: “não achas nada de estranho no que estás a ver?” E eu, olhando para casas em escombros, restos de ruas, jardins transformados parcialmente em cemitérios e pessoas com fome olhei para ele perplexo e respondi: o quê? Não há lagartixas, disse-me ele. E eu, que também tinha

vivido parte da minha vida em zona planáltica em Moçambique – cheia de lagartixas, gafanhotos e a outra pequena fauna típica desses locais – percebi o significado da sua observação: a população tinha comido tudo o que era possível comer.

Fizemos calados o resto do caminho até à residência do então Governador do Kuito. Aí, as poucas horas de funcionamento do único gerador existente constituíam os momentos em que todos nós – especialistas, cozinheiros, serventes e soldados com kalashnikov – nos sentávamos em frente ao televisor na sala de visitas, nos restos de cadeirões, sofás e tapetes, rodeados de reposteiros, num cenário surrealista de restos de tempos passados de um certo luxo e abundância.

Com a emissão da Televisão Popular de Angola a meio, reparámos num rato que se passeava pela sala de forma visível, provocantemente visível. Um dos presentes disse a um dos soldados de Kalashnikov: “olha, um rato” – assim como quem diz, um rato na casa do governador e vocês não tomam providências? O soldado manteve o seu olhar fixo no écran de televisão e respondeu tranquilamente sem olhar quer para o interlocutor quer para o rato: “esse, a gente não mata, esse merece viver, ele é um sobrevivente.” Nunca me esquecerei do significado profundamente singelo dessa resposta.